



“A “CAPACITAÇÃO” DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS PARA A REALIZAÇÃO PROVA BRASIL/SAEB

Janaína Xavier de Almeida¹ - UFSM

Agência financiadora: CAPES/INEP/SECAD

Resumo: Este trabalho apresenta alguns resultados de pesquisas realizadas por uma bolsista professora de educação básica, no âmbito de um Projeto de Pesquisa em Rede do Programa Observatório da Educação/CAPES/INEP/SECAD. Ele busca compreender que ações são organizadas e desenvolvidas pela Rede Pública Municipal de Santa Maria/RS nas Escolas de Educação Básica para prepará-las para a participação na Prova Brasil/SAEB. Para isso, realizamos o acompanhamento de uma ação desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria/RS para a participação na Prova Brasil/SAEB 2011 nas escolas de educação básica, a “capacitação” oferecida aos professores de Matemática das escolas municipais, cujo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2009, estava igual ou abaixo da média nacional. Constatamos, que essa capacitação desenvolvida pela SMED/RS visou, em primeiro plano, o “treinamento” para a realização da Prova Brasil/SAEB, ainda que utilizasse para isso diversas estratégias para o ensino. Sendo assim, a identificação dos professores com essa proposta restringiu-se, aparentemente, à melhoria dos índices do IDEB, ou seja, a intenção principal não é melhorar a aprendizagem dos alunos, mas aumentar esses índices.

Palavras chave: Políticas Educacionais, Avaliação, Prova Brasil/SAEB.

Introdução

Nas últimas décadas as Políticas Educacionais (PE) no Brasil procuraram estimular a melhoria na qualidade educacional, centralizando suas ações na redução da repetência e da evasão escolar. Essas ações buscaram a eficiência centradas na melhor utilização de investimentos financeiros e na equidade, com vistas à democratização do acesso e erradicação da desigualdade visando assim à promoção do crescimento social e econômico do país. (BITTAR; OLIVEIRA, 2004).

Assim sendo entendemos que as Políticas Educacionais são uma forma de interação entre Estado e sociedade (instituições escolares) que se referem à operacionalização dos propósitos e plataformas eleitorais (de governos democráticos) em programas e ações que

¹ Especialista em Matemática, Mídias Digitais e Didática pela UFRGS, Bolsista Professor de Educação Básica CAPES/INEP/SECAD - - IEPAM/UFSM - janinha.05@hotmail.com

produzirão resultados ou mudanças no contexto ao qual se aplicam. (ZAMBOM, TERRAZZAN. 2011).

Pensar no aprimoramento da qualidade da educação no país e na redução das desigualdades sociais deve ser preocupação presente nas políticas públicas educacionais e para concretização dessas ações é necessário lançar diferentes olhares em torno da situação do ensino básico.

Compete então às Secretarias municipais e estaduais e ao Ministério da Educação (MEC) implementar ações voltadas para corrigir distorções e debilidades identificadas neste cenário. Nesta perspectiva, a Prova Brasil/SAEB assumiu importância, pois constitui, na concepção dos formuladores das PE, um instrumento de avaliação externa para diagnóstico, em larga escala, da qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro, a qual fornece indicadores comparativos de desempenho que, dão subsídios a reformulação ou elaboração de PE.

A questão central desse trabalho é compreender que ações são organizadas e desenvolvidas, pela Rede Pública Municipal de ensino de Santa Maria/RS nas Escolas de Educação Básica (EEB), para os professores de matemática e Língua Portuguesa com o objetivo de prepará-las para a participação na Prova Brasil/SAEB. Analisando assim a incidência dessa política educacional em EEB.

Neste trabalho, apresentamos alguns resultados de pesquisa desenvolvida por uma bolsista do Projeto de Pesquisa em Rede do Observatório da Educação/CAPES, atuante na Educação Básica (Bolsista Professor de Educação Básica CAPES/INEP/SECAD). Essas pesquisas têm entre outros objetivos compreender que ações são organizadas e desenvolvidas pela SMED/SM para os professores da Rede Pública Municipal de Língua Portuguesa e Matemática com vistas à “preparação” para a participação na Prova Brasil/SAEB 2011.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

No cenário educacional brasileiro surge a necessidade de aprofundar e ampliar a discussão sobre a qualidade e a eficiência do sistema educacional como um todo, nessa perspectiva a avaliação torna-se uma questão estratégica.

Segundo CASTRO (2007), a lei nº 9.394, publicada em 20 de dezembro de 1996, denominada de Lei de Bases e Diretrizes da Educação Básica (LDB), cita algumas vezes o termo qualidade na área educacional, entretanto não apresenta um capítulo destinado para esta

temática. Esta lei enfatiza ainda que é incumbência do MEC o desenvolvimento de políticas de informação e de avaliação educacional.

Este fato, não demonstra a despreocupação da lei com a qualidade de ensino, pois prevê: a formação de profissionais da educação, a avaliação institucional e do rendimento, a gestão participativa e a associação entre qualidade da educação e seu financiamento.

Apesar de a LDB indicar a necessidade da qualidade, nos anos seguintes a sua aprovação não houve uma melhora significativa dos avanços educacionais e na qualidade de ensino. Apesar disso, somente nos últimos anos vêm sendo preenchidas as lacunas relativas à avaliação dos serviços educacionais, com a implantação dos mecanismos de avaliações nacionais (CASTRO, 2007).

Nesse contexto, a avaliação em larga escala adquiriu grande importância, onde inúmeras ações e projetos foram desenvolvidos, tanto pelo governo federal como pelos governos estaduais e municipais a fim de avaliar a qualidade da educação brasileira.

Para FREITAS (2007) as avaliações em larga escala, no Brasil, foram consolidadas há pouco tempo, elas são utilizadas como um elemento importante de monitoramento da educação básica e superior deste país. Entretanto, esta aferição não se propõe somente para verificar a qualidade educacional, mas também à inferência da qualificação almejada pelos sistemas e instituições de ensino.

SISTEMAS OFICIAIS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nessa perspectiva, o Ministério de Educação, às secretarias estaduais e municipais assumiram a responsabilidade de implementar ações voltadas para corrigir as possíveis falhas identificadas neste cenário

Para tanto foram instituídas políticas educacionais de avaliação entre elas destacamos os Sistemas Oficiais de Avaliação da Educação Básica, nosso interesse volta-se, sobretudo, à avaliação em âmbito nacional, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Trataremos, brevemente, desse tema, o SAEB nasceu com o nome de Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau – SAEP e, em 1991, passou a ser chamado de Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para adequar-se à nomenclatura decorrente da Constituição. Em 1994, o SAEB foi institucionalizado como processo nacional de avaliação, através da Portaria 1.795 e, em 1997, foram elaboradas as Matrizes Curriculares de Referência para o SAEB, as quais foram atualizadas em 2001.

Em 2005 o SAEB passou por modificações, introduzidas pela Portaria n.º 931, de 21 de março de 2005 (BRASIL, 2005), o qual passa a ser composto por dois processos: 1) **Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb)** que se caracteriza por ser amostral e, portanto, oferece resultados de desempenho apenas para o Brasil, regiões e unidades da Federação. Avalia estudantes de 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental e também estudantes do 3º ano do ensino médio, da rede pública e da rede privada, de escolas localizadas nas áreas urbana e rural; 2) **Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc)**, mais conhecida como Prova Brasil/SAEB, é aplicada somente aos alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental da rede pública de ensino em escolas localizadas em área urbana. A avaliação é quase universal, expandindo o alcance dos resultados oferecidos pelo SAEB, fornecendo as médias de desempenho também para cada um dos municípios e escolas participantes. Dessa maneira o SAEB visa proporcionar subsídios para a formulação e/ou reformulação e monitoramento de políticas educacionais que contribuam, para melhoria da qualidade educacional brasileira.

Síntese de caracterização do SAEB

Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb)	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc)
Periodicidade: dois anos	Periodicidade: dois anos
Disciplinas atingidas: Língua Portuguesa e Matemática	Disciplinas atingidas: Língua Portuguesa e Matemática
Momento de aplicação: 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio	Momento de aplicação: 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental
É amostral (oferece resultados para o Brasil, regiões e unidades da Federação)	É quase universal (oferece desempenho para municípios e escolas participantes)
Atinge alunos da rede pública e da rede privada, de escolas localizadas nas áreas urbana e rural	Atinge alunos da rede pública de ensino em escolas localizadas em área urbana

(Fonte de Dados INEP)

No ano de 2011 foi realizada uma Edição Especial da Anresc/Prova Brasil, o critério para participação passou a ser o seguinte: o município precisa ter o total de pelo menos 10 alunos no 5º ano (4ª série), mesmo que esses estudantes estivessem distribuídos em várias escolas.

A adesão à Edição Especial da Prova Brasil foi firmada por meio de assinatura de Termo de Compromisso entre o município e o INEP.

A motivação dessa edição especial foi a solicitação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME oportunizando assim o cálculo do IDEB de pequenos municípios, com vistas a implementações de políticas do MEC.

PROVA BRASIL/SAEB

Esta avaliação foi criada com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que constituem o principal documento prescritivo de referência curricular, portanto sua principal função, segundo seus formuladores, é “fornecer subsídios teórico-críticos a respeito dos quais os professores possam refletir para organizar, sistematicamente, sua metodologia de trabalho” (DREY e GUIMARÃES, 2008, p. 451). A Prova Brasil/SAEB é constituída em tópicos, e cada um destes deseja descrever as competências e habilidades do estudante, por meio de uma associação entre os conteúdos e as operações mentais a serem realizadas.

A Prova Brasil/SAEB é parte integrante do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que por sua vez constitui o eixo do programa de Metas Compromisso Todos pela Educação, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), recebendo apoio técnico/financeiro do MEC, e seu principal objetivo é avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. A prova é composta de testes padronizados e questionários socioeconômicos aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental, os estudantes respondem a questões de matemática que enfatizam a resolução de problemas e língua portuguesa que enfatiza a linguagem.

O questionário socioeconômico é respondido tanto pelos alunos quanto pelos professores e diretores, visa fornecer informações que possam estar relacionadas à atuação não só do estudante, mas da instituição como um todo, pois entendemos que os resultados das políticas educacionais perpassam pela gestão de educação na instituição, assim é necessário que haja coerência entre elas. Segundo BORDIGNON E GRACINDO (2008), a gestão é o elemento capaz de transformar metas e objetivos em ação, concretizando assim as políticas educacionais.

Os resultados da Prova Brasil/SAEB encontram-se organizados em oito nivelamentos, sendo que, um nível corresponde às habilidades comuns a um grupo de alunos que realizaram a avaliação, isto permite identificar uma determinada competência desse grupo. Estes

resultados servem como norteadores para determinar os níveis dentro dessa escala que só são definidos após a realização da prova.

A Prova Brasil/SAEB também compõe um índice de referência para as escolas, o Índice de Desenvolvimento Educacional Brasileiro (IDEB). Este índice é calculado por meio da combinação de dois valores de referência, sendo que o primeiro são as notas da Prova Brasil/SAEB de língua portuguesa e matemática, com o cálculo do fluxo escolar (aprovação, reprovação e evasão escolar). A intenção do IDEB, segundo documentos oficiais do governo é “ser o termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas do Brasil” (BRASIL, 2008, p. 4). Este índice é bienal, e tem como meta alcançar a média de seis para todas as escolas até o ano de 2022, Bicentenário da Independência.

Segundo a UNESCO (2004), o termo qualidade da educação é uma expressão polissêmica, isto é, um conceito com uma diversidade de significados e, muitas vezes não são os mesmos entre os diferentes autores, porque implica um juízo de valor concernente ao tipo de educação que se queira para formar um ideal de pessoa e de sociedade.

O conceito de escola, para alguns autores, ganha nova dimensão segundo a LDB, ao explicitar que cabe aos sujeitos que fazem a escola definir a organização do seu trabalho pedagógico, e traduzir no nível da escola os objetivos da educação, isto implica definição de metas que a escola irá assumir conseqüentemente a construção de sua autonomia e de seu projeto educativo, pois é este que vai conferir a identidade da escola. Entretanto, essa construção não deve ser apenas por uma exigência legal, mas sim a partir da necessidade de planejar a ação coletiva do trabalho pedagógico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para respondermos a nossa questão de pesquisa, primeiramente, contatamos a Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria/RS (SMED/SM), para apresentar nossa proposta de pesquisa e solicitar o acompanhamento do processo de “Capacitação²” dos Professores da Rede Pública Municipal de Língua Portuguesa e Matemática do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental para a participação na Prova Brasil/SAEB”.

Nesse estudo utilizaremos a abordagem qualitativa, esta metodologia serve para analisarmos a ação desenvolvida pela SMED/SM em 2011. Porém, entende-se que seja

² Utilizamos o termo “capacitação” por que foi esse o termo utilizado pela SMED/SM na formação oferecida aos professores da Rede Pública Municipal.

necessária uma reflexão sobre sob um ponto de vista pedagógico, para demonstrar em que medida estas avaliações tem sido profícuas e modificam a prática pedagógica dos docentes envolvidos, visto que no Brasil ainda é recente a idéia de provas nacionais para medir indicadores de aprendizagem dos alunos

Após esse primeiro contato, fizemos a coleta de informações conforme descrevemos abaixo:

Acompanhamento da “Capacitação dos Professores para a Participação na Prova Brasil/SAEB”

Os encontros foram realizados com 62 professores do 5º e 9º ano de Língua Portuguesa e Matemática de 26 escolas municipais de Santa Maria. Essas escolas foram selecionadas utilizando-se como critério o índice do IDEB/2009; os professores das escolas com IDEB/2009 igual ou abaixo da média nacional foram convocados para participarem da “capacitação para realização da Prova Brasil/SAEB” oferecida pela SMED/SM.

A Capacitação foi composta de 08 encontros, 02 de formação geral: *Políticas Públicas de Avaliação e a Responsabilidade Social e Inclusão e Avaliação na Educação Básica* e 06 encontros com temáticas específicas na área de Língua Portuguesa e Matemática, acompanhamos todos esses encontros dos professores de matemática, em virtude da nossa formação inicial, Licenciatura em Matemática, da aplicação de duas provas simuladas da prova Brasil/SAEB uma antes e outra após a “capacitação” dos professores e para coleta de informações utilizamos registros das observações feitas e gravação em áudio.

Os cinco primeiros encontros de formação específica, dos professores de matemática da rede pública municipal das escolas de educação básica participantes da “capacitação versavam, primeiramente, sobre estratégias didáticas diversas tais como: modelagem matemática, resolução de problemas, Geoplano, softwares e programas matemáticos, entre outras. A equipe responsável pela “capacitação” apresentou as estratégias e exemplificou a sua utilização. No ultimo encontro o professores receberam o descritores que compõem a matriz de referencia da Prova Brasil/SAEB para matemática, discutiram alguns desses descritores e logo após reuniram-se em grupos para elaborarem questões baseadas em descritores previamente escolhidos pela equipe responsável pela capacitação.

CONSTATAÇÕES E RESULTADOS DAS PESQUISAS

Apontamos agora alguns resultados obtidos a partir das atividades de pesquisa desenvolvidas sobre a temática ‘Sistemas Oficiais de Avaliação da Educação Básica’ em particular Prova Brasil/SAEB.

Ao realizarmos a conversa inicial com a Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria percebemos, a partir da sua fala, a expectativa de que os professores possam compreender de forma mais ampla as políticas públicas de avaliação e também proporcionar discussões sobre como as questões propostas são avaliadas, bem como auxiliar os professores a identificar as dificuldades dos estudantes. Segundo a Coordenadora, a Capacitação foi composta de parte geral e parte específica. Na parte geral os professores deveriam se apropriar dos conhecimentos sobre políticas educacionais de avaliação. Já na parte específica, deveriam dominar novas estratégias didáticas, elaborar questões a partir dos descritores da Prova Brasil/SAEB para realização de um Simulado elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e pela Instituição de Ensino Superior que está ministrando a capacitação. Nota-se também a partir da proposta de realização de avaliações simuladas a intenção de fornecer aos professores um ‘treinamento’ para capacitar os alunos para a realização da Prova Brasil/SAEB, visando em última instância a melhoria dos índices do IDEB das escolas.

• **Acompanhamento da “Capacitação dos Professores para a Realização da Prova Brasil”**

Com relação ao acompanhamento dos encontros de Capacitação do Professores municipais de Língua Portuguesa e Matemática, constatamos que a maioria dos professores no início da capacitação estava descontente com a convocação da SMED/SM, pois como alguns comentaram eram os professores dos alunos que não atingiram a média no IDEB/2009, que precisavam de auxílio para melhorar o desempenho dos seus alunos na Prova Brasil/SAEB. Num primeiro momento, foi oferecido aos professores encontros sobre políticas educacionais de avaliação. Na segunda etapa os professores foram divididos em dois grupos, professores de Matemática e professores de Língua Portuguesa. Nesses encontros os professores trabalharam sobre estratégias didáticas diferenciadas tais como resolução de problemas, modelagem matemática, criação de histórias em quadrinhos, etc. Também foram elaboradas e discutidas questões a partir dos descritores da Prova Brasil/SAEB, questões essa que segundo a equipe responsável pela capacitação seriam utilizadas para elaboração do segundo simulado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos Sistemas Oficiais de Avaliação da Educação Básica, podemos dizer, ainda de forma preliminar, que existem discrepâncias entre as expectativas que a Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação teve com relação à participação dos professores na capacitação para a Prova Brasil e a real incidência dessa participação em sala de aula. Além disso, essa capacitação desenvolvida pela SMED visa em primeiro plano, no nosso entendimento, o “treinamento” para a realização da Prova Brasil/SAEB. Sendo assim, a identificação dos professores com essa proposta restringe-se à melhoria dos índices do IDEB. Por envolver apenas a participação de professores das áreas disciplinares avaliadas na Prova Brasil/SAEB, desconsidera o fato de que cada escola possui um projeto pedagógico próprio e objetivos específicos a serem atingidos. Mas, além disso, a secretaria de educação não possibilita nenhum espaço de discussão e reflexão crítica sobre os índices do IDEB. Desse modo, a intenção principal não é melhorar a aprendizagem dos alunos, mas aumentar os índices do IDEB. As cobranças desmedidas pelo aumento do IDEB não têm contribuído para a melhoria da aprendizagem dos alunos, mas favorecido o surgimento de soluções paliativas tais como a capacitação de professores, para que tornem-se aptos a treinar alunos para melhorar seus rendimentos em avaliações externas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Janaína X.; TERRAZZAN, Eduardo A. **Formas de Acesso aos Resultados do SAERS e as Implicações Decorrentes desses nas Escolas de Educação Básica.** In: I Seminário sobre os Impactos das Políticas Educacionais nas Redes Escolares. 16,17 e 18 de junho de 2011. Curitiba, PR, Brasil. GUIMARÃES, Orliney(org.). *Anais eletrônicos*: http://www.ppgecm.ufpr.br/Site_SIPERE/AnaisEletronicos.html.
- BITTAR Mariluce e OLIVEIRA, João Ferreira de (orgs.). **Gestão e políticas da educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. DA S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 01, de 18 de Fevereiro de 2002 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Brasília/BR: Diário Oficial da União, 09 Abr. 2002, Seção 1, p.31. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em: 22 Fev. 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria Nº 931, de 21 de março de 2005. Institui o Sistema Nacional da Educação Básica – SAEB.** Brasília/DF/BR: Diário Oficial da União, nº 55, 22 de março de 2005.

BRASIL, LDB. **Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 05 maio 2011.

CASTRO, C. de M.. **Educação Brasileira Consertos e Remendos.** Rio de Janeiro/BR: Editora Rocco LTDA, 2007.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Portaria n. 72, de 09 de Abril de 2010 - Dá nova redação a Portaria que dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, no âmbito da CAPES.** Diário Oficial da União. Seção 1, n.68, 12 de Abril de 2010.

DELORS, Jacques et al.. **Educação: um tesouro a descobrir.** Tradução de José Carlos Eufrázio. São Paulo/BR: Cortez; Brasília/BR: UNESCO (MEC), 1998. (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI).

DEMO, Pedro. **Metodologias da avaliação: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas.** Campinas/BR: Autores Associados, 1999.

DREY, R. F.; GUIMARÃES, A. M. de M.. **Da prescrição à realização: os PCN, A Prova Brasil e o professor na sala de aula de língua materna,** Rev. SIGNÓTICA, v. 20, n. 2, p. 447-469, jul./dez. 2008

FERREIRA, Eliza B. Políticas Educativas no Brasil no tempo da crise. In: FERREIRA, Eliza B.; OLIVEIRA, Dalila A. (org.). **Crise da Escola e Políticas Educativas.** Belo Horizonte/BR: Autêntica, 2009.

FREITAS, L. C. de. **Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino.** Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n.100, pp. 965-987

Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Semelhanças e Diferenças. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/semelhancas-e-diferencas>. Acessado em

OLIVEIRA, Dalila A. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, Eliza B.; OLIVEIRA, Dalila A. (org.). **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte/BR: Autêntica, 2009.

PUIATI, Lidiane Limana; SILVA, Andréia Aurélio da. ‘Políticas Públicas de Iniciação à Docência na Educação Básica’. In: Seminário Internacional de Gestão Educacional, 2., Semana Acadêmica do Curso de Especialização em Gestão Educacional: Políticas e Gestão: Caminhos e descaminhos, 4., 16 a 20 de Ago. de 2010. Santa Maria, RS, Brasil. GUTERRES, Clovis (org.). **Anais...** 7p., 2010. (CD ROM, arq. <F:\politicas_publicas>. ISBN 978-85-61128-00-5.

RIO GRANDE DO SUL, Assembléia Legislativa; Gabinete de Consultoria Legislativa. **Lei Nº 10.576., de 14 de novembro de 1995. Dispões sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá providências.** Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei10576&idNorma=365&tipo=pdf>>, acesso em 13/09/2010. n°

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Estado da Educação. **Boletim Contextual SAERS 2008 Fatores Contextuais Associados ao Desempenho Escolar**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. (jan/dez. 2008), Juiz de Fora, 2008c. Disponível em <http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/repositorio/saers/pdf/BOLETIM_CONTEXTUAL_SAERS.pdf>, acesso em 25/10/2010.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Estado da Educação. **Boletim Pedagógico de Avaliação da Educação: SAERS – 2008**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v.1 (jan/dez. 2008), Juiz de Fora, 2008a – Anual. ISSN 1983-0149 Disponível em <<http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/repositorio/saers/pdf/BoletimPedagogicoLinguaPortuguesa1AnoEMSAERS.pdf>>, acesso em 13/09/2010.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Estado da Educação. **Projeto Básico do SAERS/2009–anexo 1**. Porto Alegre, 2009. Disponível em <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/PROJETO_SAERS2009.pdf>, acesso em 14/09/2010

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Estado da Educação. **Roteiro Básico para Discussão e Apropriação dos Resultado SAERS: Um pequeno roteiro e um grande objetivo: apropriação e utilização dos resultados do SAERS – 2008**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. (jan/dez. 2008), Juiz de Fora, 2008b.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 45.300, de 30 de outubro de 2007. Institui o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS**. Decreto Oficial Estadual nº 207. Disponível em <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/atoslegais_decreto_45300.pdf>, acesso em 13/09/2010.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis/BR: Vozes, 2005.

ZAMBON, Luciana B.; TERRAZZAN, Eduardo A. **‘Relações entre Trabalho Escolar e as Políticas Públicas em Educação’**. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 25, Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2. 26 a 29 de Abril de 2011. São Paulo, SP, Brasil. SANDER, Benno (org.). *Anais...* 13p, 2011. ISSN 1677-3802. (CD ROM, arq.<<file:///D:/Disc%20%28D%29/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0148.pdf>>). (Coleção Biblioteca ANPAE, Série Cadernos, n.11).